

Escola de Família

Metodologia
de trabalho social
com famílias da rede
mineira das Apaes



Instituto de Ensino e Pesquisa
UNIAPAE - MG



FEAPAES - MG
Federação das Apaes do Estado

EXPEDIENTE

ORGANIZAÇÃO

Sérgio Sampaio Bezerra

ELABORAÇÃO

Bruna Campos de Oliveira
Darci Fioravante Barros Barbosa (in memoriam)
Maria Juanita Godinho Pimenta
Júnia Ângela de Jesus Lima (in memoriam)
Luiza Costa Silva (in memoriam)
Marli Helena Duarte Silva
Natália Lisce Fioravante Diniz

COLABORAÇÃO

Luisa Senna Oliveira do Valle
Maria do Carmo Menicucci

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Eduardo Luiz Barros Barbosa
1ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos Borges (in memoriam)
2ª Vice-Presidente: Gláucia Aparecida Costa Boaretto
1ª Diretora Secretária: Maria Rozilda Gama Reis
2ª Diretora Secretária: Lúcia Helena Gesteira Couto de Freitas
1ª Diretora Financeira: Judith Maria de Magalhães Monteiro
2º Diretor Financeiro: Maria Dolores Pinto
1º Diretor Social: Maria Aparecida Aguiar Adjuto
2º Diretor Social: Stela Maris Pimenta Rodrigues
Diretor de Patrimônio: Cirilo Figueiredo Monção

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Pedro Rogério Gonçalves
Augusto Soares dos Santos
Sandro Cataldo da Mota

Membros Suplentes:

João Braga Couto
Francisco Eugênio
Alex Abadio Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alto Paranaíba I – Maria das Graças Oliveira Ancelmo
Alto Paranaíba II – Maria Abadia De Oliveira
Alto Rio Pardo – Celina Marques Mendes
Campo das Vertentes – Luiz Eduardo Bergo
Centro I – Débora Gontijo Labory
Centro II – Maria Meyer Vieira Zica
Centro IV – Denise de Oliveira Reis Gomes
Centro V – Isabel Cecília de Oliveira Lopes
Centro Oeste I – Adriana de Souza Couto
Centro Oeste II – Marli Helena Duarte Silva
Centro Oeste III – Maria Celeste de Paulo
Circuito das Malhas – Maria Taíza Pereira Resende
Circuito das Águas I – Paloma Pereira Carvalho
Circuito das Águas II – Eduardo Gonçalves
Noroeste Mineiro – Arlete Aparecida Assunção Lima
Médio São Francisco – Clarissa Mendes de Oliveira
Norte I – Eliete Veloso Silva e Oliveira
Norte II – Rúbia Patrícia Ferreira
Sudoeste I – Luzia Pontara
Sudoeste II – Tamara Guimarães Pereira
Sul I – Mary Lucy DLorenzo Nardi

Sul II – Nuno Augusto Alves
Três Vales – Célio Ferreira Alves
Triângulo Mineiro I – Ilka Fiori dos Santos
Triângulo Mineiro II – Vilma Paula Machado
Vale da Eletrônica – Maria do Rosário Oliveira Machado
Vale do Aço I – Maria Aparecida de Oliveira Torres
Vale do Aço e Rio Doce – Rogério Moraes do Nascimento
Vale do Suaçuí – Janete Ferreira Pimentel de Sena
Vale do Jequitinhonha – Tábata Teixeira Domas
Vale do Mucuri – Jane Alves Marx
Vale do Piranga – Maria Elizabeth Moreira Leite
Zona da Mata I – Rodney Agostinho da Silva
Zona da Mata II – Jussara Araújo Mendes
Zona da Mata III – Lívia Luz de Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Eduardo Luiz Barros Barbosa
Luiza Pinto Coelho
Sérgio Bezerra Sampaio

AUTODEFENSORES 2017

Daiana Paula Silva
Lincoln Jerônimo Dantas Felipe

EQUIPE DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradora Jurídica: Maria Tereza Feldner

Administrativo/Financeiro:

Ana Paula Medeiros
Fernanda Nunes
Johnathan Castro
Milton Gontijo Ferreira
Regiane Porto
Ricardo Diniz
Ronildo Nogueira

Relacionamento com as filiadas: Bruna Morato Israel

Sala de Soluções: Janaína Vieira

Técnica de Informática: Franciene Raiane de Souza

Assessoria de Marketing: Luisa Senna

Acompanhamento e Monitoramento: Jarbas Feldner

Consultoria Técnica:

Bruna Campos
Natália Lisce Fioravante Diniz
Maria Juanita Godinho Pimenta
Marli Helena Duarte Silva

Coordenação Instituto de Ensino e Pesquisa Uniapae-MG: Maria do Carmo Menicucci

REVISÃO

Denise Maria de Castro Chaves

EDITORAÇÃO GRÁFICA E NORMALIZAÇÃO

Inácio Mariani

APOIO



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	05
2	INTRODUÇÃO	07
3	CONTEXTUALIZAÇÃO	11
4	PROJETO PEDAGÓGICO: ESCOLA DE FAMÍLIA	13
5	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	17
	• MÓDULO I - CONHECER-SE MELHOR	18
	• MÓDULO II - CONHECENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	23
	• MÓDULO III - CONHECENDO O MOVIMENTO APAEANO	28
6	ENCERRANDO O CURSO	37
7	ANEXO I	43
8	ANEXO II	52

1

APRESENTAÇÃO

Um dos projetos estruturantes da Rede Mineira das Apaes é a Escola de Família, pensada quando percebemos a necessidade de fazer com que as famílias - pais, irmãos e todas aquelas pessoas do núcleo familiar de uma pessoa com deficiência – absorvam conhecimento e informação para terem uma postura política em defesa dos direitos dos seus filhos.

Além disso, um certo conhecimento sobre as reais limitações das pessoas com deficiência é essencial para que as famílias se organizem quanto aos apoios de que seus filhos precisam para alcançarem uma vida plena e participativa na própria família, na comunidade e em sociedade.

Nós não podemos pensar em inclusão social se as famílias não têm isso como um projeto de vida para seus filhos. Afinal, são elas que vão facilitar a organização desse projeto de vida, sendo as interlocutoras dos seus filhos e, mais do que isso, trazendo condições emocionais e psíquicas dentro do contexto familiar para que eles possam transpor as barreiras existentes.

É na Escola de Família que vamos preparar o núcleo familiar da pessoa com deficiência para percebê-la, entendê-la, e criar estratégias de apoio para que esta pessoa também possa se sentir em condições de ter na família a possibilidade de compartilhar seus sentimentos e expectativas.

Valorizamos muito esta proposta como estratégia de trabalho, e queremos que todas as Apaes mineiras invistam neste projeto. A partir daí, teremos não só Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais mais fortalecidas, mas pessoas com deficiência respaldadas para suas conquistas futuras.



ABRAÇO FRATERNAL

Eduardo Barbosa

2

INTRODUÇÃO

A Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais apresenta o documento “Escola de Família: metodologia de trabalho social com famílias da rede mineira das Apaes”, trazendo as diretrizes para organização e estruturação desse serviço nas instituições.

O trabalho social com Famílias aqui apresentado encontra seus fundamentos ético-políticos na Constituição Federal, de 1988; na Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993; na Política Nacional de Assistência Social, de 2004; e na Cartilha de Diretrizes para as Ofertas de Assistência Social às Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla e suas Famílias no âmbito das Apaes do Estado de Minas Gerais, de 2016; reafirmando a adoção da centralidade da família como elemento estruturante das ofertas de assistência social e respeitando as diferentes formas de organização das famílias.

Este documento está inserido no processo de fortalecimento da assistência social nas Apaes mineiras e visa orientar os profissionais na organização de seu processo de trabalho, fornecendo subsídios e diretrizes, sem, contudo, engessar o fazer profissional, moldado pela experiência dos técnicos e pelas peculiaridades locais, mas sempre se baseando no diálogo reflexivo.

A metodologia proposta no trabalho com famílias parte do reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares presentes na sociedade, bem como do respeito à diversidade cultural, da mesma forma que reconhece as formações familiares e o contexto social, determinantes no fortalecimento e desenvolvimento de seus membros.

As ações deste trabalho social envolvem o reconhecimento da organização do cotidiano familiar, o exercício dos papéis e funções na família, as relações com a deficiência, as relações de autoridade e afeto; os valores, as representações e práticas de cuidado e socialização de seus membros e, ainda, a convivência e a participação na comunidade.

O trabalho social requer profissionais qualificados que trabalhem de forma interdisciplinar na compreensão das vulnerabilidades sociais das famílias, elaborando estratégias para apoiá-las na superação dessas dificuldades. Nesse sentido, requer saberes científicos e princípios éticos que fujam do senso comum e das ideias preconceituosas, fundamentando-se no fortalecimento da cultura do diálogo, da parceria, no combate a todas as formas de exclusão, de preconceito, de discriminação e estigmatização nas relações familiares.

Por isso, faz-se necessário a adoção de uma abordagem metodológica clara, que promova uma reflexão crítica sobre as situações vividas pelas famílias que possuem uma pessoa com deficiência em seu núcleo, e favoreça a percepção das dimensões

individuais e coletivas da situação vivenciada, a definição de estratégias e de projetos individuais e coletivos de superação da situação de vulnerabilidade e risco social encontrados, com vistas à melhoria da qualidade de vida.

A vulnerabilidade e risco social são os dois conceitos que norteiam a organização do trabalho social com famílias na perspectiva da redução dos possíveis danos provocados pelos riscos sociais, associados ao isolamento, ao abandono, à negligência, à discriminação e à segregação da pessoa com deficiência.

As pessoas com deficiência intelectual também têm o direito à convivência familiar e comunitária, que é uma das seguranças socioassistenciais alicerçadas pela assistência social. A convivência encontra expressão no pertencimento à família, na reciprocidade de afetos, cuidados, valores, na construção da cultura e da coletividade.

A metodologia aqui apresentada dispõe sobre a Escola de Família, curso de capacitação/formação com carga-horária de 120 horas, distribuídas em 3 módulos. Esse trabalho social deve ser conduzido por técnicos de nível superior visando à reflexão sobre questões vivenciadas pela família e pela pessoa com deficiência intelectual, por meio da problematização e contextualização das situações enfrentadas pelas mesmas. Os encontros devem favorecer a percepção crítica de que muitos dos problemas por elas vividos têm origem social, acometem outras famílias e são passíveis de solução. Com isso, a Escola de Família contribuirá para o fortalecimento dos laços familiares, o acesso a direitos, o protagonismo, à participação social e à redução de riscos.

Ao concluir esse curso, o trabalho social com as famílias não termina. Deve ter continuidade com encontros periódicos (roda de conversa, dedo de prosa, etc.), com o objetivo de reunir as famílias em torno da discussão sobre temas relacionados com as vulnerabilidades e riscos sociais e com as potencialidades que envolvem o contexto social da pessoa com deficiência intelectual.

O trabalho social com famílias deve acolher todos os membros (pai, mãe, irmão(ã), etc.), ampliando as possibilidades e contribuições no contexto da família, fortalecendo as suas relações internas e no território. Implica, também, em acolher sujeitos diversos, que têm histórias diferentes e que podem se beneficiar de distintas abordagens, além de ampliar e fortalecer suas relações interpessoais, devendo obedecer aos seguintes parâmetros:

a Informação voltada para reflexão crítica em torno de temas que afetam o convívio familiar e comunitário, buscando desenvolver a autoestima positiva das famílias; estimular o questionamento de situações discriminatórias; romper com estigmas e

preconceitos para que vejam as pessoas com deficiência intelectual como sujeitos capazes de realizar mudanças em prol de projetos de vida familiares e coletivos, e respeitar os saberes pessoais e coletivos dessas pessoas com deficiência intelectual;

b Ênfase na convivência para fortalecer o sentimento de pertencimento àquela família e àquele território, estimular as formas negociadas de solução de conflitos internos, formar ou fortalecer redes de apoio mútuo, estimular a expressão de anseios e demandas e a participação social. Assim, o trabalho pode favorecer o protagonismo e autonomia das famílias de pessoas com deficiência, tendo como resultado concreto a ampliação de relações interpessoais e a elaboração de projetos pessoais;

c Foco na ação, de modo que os participantes adotem posturas questionadoras e transformadoras de contextos adversos, à garantia de seus direitos e a convivência familiar e comunitária, sobre as situações vividas e os modos de superá-las através do fortalecimento e da autonomia familiar.

3

CONTEXTUALIZAÇÃO

A primeira turma do curso de Escola de Formação de pais aconteceu na APAE de Belo Horizonte, em 2012, e sua consolidação agregou valor ao compromisso da instituição com a defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual.

Após cinco anos de sua implantação, esta Escola acontece em 66 Apaes, totalizando 1.253 (mil duzentos e cinquenta e três) pais de pessoas com deficiência intelectual capacitados.

Trata-se de uma importante e exitosa estratégia que permitiu o acesso das famílias à informação e sua aproximação da entidade.

Entretanto, observou-se que a metodologia da Escola de Formação de pais restringia-se aos pais e a uma metodologia de aulas expositivas que não permitiam a reflexão crítica e não proporcionava mudanças significativas na relação desses familiares com a pessoa com deficiência intelectual. A isso se deve essa proposta de readequar essa estratégia tão exitosa com o objetivo de avançarmos mais no trabalho social com as famílias nas Apaes.

Para tanto, a Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais retomou, no primeiro semestre de 2017, as discussões técnicas sobre este assunto, que começou pela mudança do nome de Escola de Pais para Escola de Família, visando incorporar outros membros da família (irmãos, avós, tios, primos) e trazendo a reflexão crítica para o centro do trabalho social que deve ser desenvolvido nessa escola.

Esperamos que assim a Escola de Família seja, de fato, a estratégia transformadora das relações familiares das pessoas com deficiência intelectual e múltipla nas Apaes.

A seguir, teremos a nova proposta de um projeto pedagógico mais amplo, que inclua o curso com os conteúdos programáticos sustentados nos novos paradigmas aqui apresentados.



4

PROJETO PEDAGÓGICO: Escola de Família

Concepção

Parte da concepção do trabalho social com famílias na Rede Mineira das Apaes por meio de uma metodologia reflexiva e em grupo.

Modalidade Da Capacitação: Curso Presencial

Carga Horária: No mínimo 120 horas divididas em 03 módulos, com encontros presenciais de no mínimo 4 horas cada.

Objetivo Geral

Provocar uma transformação positiva na relação da família (mãe, pai, irmãos (ãs)) com a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, além de informar as famílias sobre os serviços ofertados ao seu filho (a) e irmão (ã) pela APAE.

Objetivos Específicos

- Aumentar a capacidade da família de enfrentamento e superação dos desafios decorrentes da situação de deficiência intelectual e múltipla vivida pelo seu membro, melhorando a comunicação dos familiares com essa pessoa e, conseqüentemente, fortalecendo os vínculos.
- Compreender a pessoa com deficiência intelectual nos seus comportamentos e suas expressões.
- Informar aos familiares sobre os diferentes serviços ofertados pela APAE às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, ressaltando as possibilidades de melhoria da sua qualidade de vida e fortalecimento do espírito associativo dessas famílias.
- Identificar familiares que apresentem condições favoráveis para participar de programas e projetos desenvolvidos na APAE e para representar a instituição junto à comunidade.

Corpo Docente

O corpo de profissionais envolvidos deve ser constituído por pessoas com formação e experiência sobre o tema a ser desenvolvido, além de se identificar com a proposta.

Deverá ter conhecimento prévio da proposta da “Escola de Família”, organizar o material de trabalho, disponibilizar o material com antecedência para os participantes e elaborar uma atividade avaliativa referente à sua intervenção.

Coordenação Da Escola De Família

O (a) Coordenador (a) deve ser muito bem escolhido e atendendo os critérios abaixo:

1. Integrar a equipe do serviço de assistência social e ser especializado em trabalho social com famílias.

2. Deve ser um profissional com disponibilidade para o estudo das temáticas propostas por essa Escola.

3. Deve ser capaz de orientar o corpo docente em relação à metodologia reflexiva e possuir as características abaixo:

- Apropriar-se da proposta da Escola de Família e estudar a bibliografia recomendada em cada módulo;
- Ser organizado e ter sempre à mão os materiais necessários para o bom funcionamento da Escola (folhas, cartolinas, caneta, lápis pincéis, etc);
- Ser claro sobre os objetivos das atividades em todos os encontros;
- Administrar bem o tempo das atividades, com início, meio e fim;
- Finalizar os encontros com debate e discussão a respeito das vivências e experiências;
- Respeitar todas as participações e colocações naturais e espontâneas;
- Ser um bom mediador; não impor verdades;
- Não censurar os sentimentos e as opiniões dos participantes;
- Usar sempre os nomes das pessoas ao se dirigir a elas;
- Estar aberto a novos conhecimentos e vivências para compreender as famílias;
- Acompanhar todas as aulas e avaliar a necessidade de retomar ou não a temática.

Recomendação:

Construir com o grupo de participantes um conjunto de regras que deverão ser respeitadas durante todo curso (ex. respeitar o colega, ser discreto, sigilo aos assuntos pessoais do outro, etc).

Recursos Didáticos

Esquetes, dinâmicas reflexivas de grupo, leitura de textos, filmes, reportagens, música, excursões didático-pedagógicas, entre outros.

Sistema De Avaliação

- Ao final de cada temática estudada, o profissional ministrante deve desenvolver uma atividade com o objetivo de avaliar os conteúdos discutidos.
- Essa avaliação deve ser uma escolha do ministrante, podendo ser escrita ou oral, sem, no entanto, esquecer a característica reflexiva da Escola de Família.
- A avaliação deve contemplar os seguintes critérios:
 - Avaliação: 07 pontos
 - Frequência de 75% das aulas: 01 ponto.
 - Participação nas discussões: 02 pontos.

Certificação

A Escola de Família deverá certificar o participante que cumpra a carga horária mínima exigida e obtenha aprovação nos três módulos. A certificação terá a chancela da UNIAPAE.

Bibliografia

Será indicada ao final de cada módulo.



5

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5.1.

MÓDULO I

CONHECER- SE MELHOR

Relação Da Família Com A Deficiência

Espera-se que os participantes discutam e recebam esclarecimentos sobre os desafios e os enfrentamentos encontrados pela família que tem um membro com deficiência intelectual.

Superproteção

Espera-se que os participantes discutam e compreendam que o desenvolvimento da autonomia, independência e participação social da pessoa com deficiência intelectual são essenciais para o fortalecimento da família para enfrentar os desafios que a situação de deficiência impõem.

Identidade Feminina

Espera-se que os participantes discutam os seus vários papéis sociais, mãe, mulher, profissional etc., buscando o autoconhecimento e o resgate da identidade feminina.

Estigma

Espera-se que a partir do autoconhecimento os participantes da Escola de Família passem a conhecer e respeitar o outro e suas diferenças.

5.1.1.

Leituras recomendadas para capacitar os profissionais que irão atuar neste módulo

ACOSTA, Ana Rojas;VITALE, Maria Amalia Faller(Orgs.).Família: redes, laços e políticas públicas.

BATISTA, Sérgio Murilo; DE FRANÇA, Rodrigo Marcelino. Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. Revista de divulgação técnica-científica do ICPG, v. 3, n. 10, p. 117-121, jan./jun., 2007.

BRUNHARA, Fabíola; PETEAN, Eucia Beatriz Lopes. Mães e filhos especiais: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança. Paidéia, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, jun. 1999.

BUCHER, Júlia; PARREIRA, Clélia. Família e deficiência no contexto contemporâneo. In: Documento norteador: orientações para o trabalho com famílias no contexto da rede Apae. Federação Nacional das Apaes, 2017.Cap. 1.

BUSCAGLIA, Leo. Os deficientes e seus pais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MAGALHÃES, Ana Cristina; et.al..Família e profissionais: rumo à parceria. Brasília, Federação Nacional das Apaes,1997.

MARIANO, Ana. As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares. 2015. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/as_mudancas_no_modelo_familiar_tradicional_e_o_afeto.pdf

5.1.2.

Sugestões de dinâmicas

DINÂMICA 1

Objetivo

Possibilitar aos participantes o conhecimento mútuo, promovendo um clima de confiança, integração, comprometimento e reciprocidade.

Materiais

Envelope; folha de papel sulfite; caneta.

Procedimento

Individualmente, cada participante escreve uma carta a si próprio, como se estivesse escrevendo a seu(sua) melhor amigo(a).

Dentre os assuntos, abordar: como se sente no momento, o que espera do curso, como espera estar em sua vida pessoal e nas atividades com a pessoa com deficiência daqui a 30 dias.

Destinar o envelope a si próprio (nome completo).

O coordenador recolhe os envelopes, coloca-os perante o grupo e promove uma discussão.

Dicas de questões a serem abordadas

Cada um pode falar um pouco sobre o conteúdo de sua carta, colocando suas expectativas em relação à Escola de Família e à sua própria vida.

Questionar os participantes sobre como se sentem ao expor ao grupo questões pessoais e ao ouvir os colegas.

Observar se o participante faz planejamento, tem expectativas em relação a determinados temas e/ou conteúdo durante o curso e etc.

Observação: Esta dinâmica pode ser aplicada em grandes grupos.

Adaptações

Caso uma ou mais pessoas apresentem dificuldades com a linguagem escrita, o mediador poderá transcrever as expectativas desse (s) participante (s), gravar vídeo, áudio, etc, a fim de registrar o início do processo com os mesmos.

Tempo de aplicação: 20 minutos para escrever a carta e 20 minutos de discussão.

Número máximo de pessoas: não tem

Número mínimo de pessoas: 2

DINÂMICA 2

Objetivo

Possibilitar aos participantes o conhecimento mútuo, promovendo um clima de confiança, integração, comprometimento e reciprocidade.

Materiais

Folhas de papel; caneta ou lápis.

Procedimento

Com os participantes sentados em círculo, distribuir uma folha para cada um, pedindo que liste no mínimo dez características próprias, colocando de um lado as que facilitam sua vida, e do outro as que dificultam. Dar tempo para isso.

Em plenário cada um vai verbalizar:

- a. Qual o lado que pesou mais?
- b. O que descobriu sobre você mesmo, realizando a atividade?

Dicas

Iniciar o debate abrindo espaço para que os participantes façam comentários sobre sentimentos, dificuldades, facilidades e outros que o grupo julgar importantes.

Verificar se os participantes têm um bom autoconhecimento e como reagem às declarações dos colegas.

Observação

Com este trabalho é possível conhecer os participantes e permitir a verbalização dos próprios sentimentos.

Adaptações

Se uma ou mais pessoas do grupo demonstrar dificuldades com a linguagem escrita o mediador poderá levar imagens de pessoas com características “positivas” e “negativas” (pessoas bravas, mal-humoradas, felizes, animadas, tristes, etc). Os participantes devem escolher entre as imagens as que mais lhe representam e, assim, iniciar o debate.

Tempo de aplicação

25 minutos

Número máximo de pessoas

20

Número mínimo de pessoas

2

DINÂMICA 3

Objetivo

Possibilitar aos participantes o conhecimento mútuo, promovendo um clima de confiança, integração, comprometimento e reciprocidade.

Procedimento

- O animador distribui aos participantes, folhas de cartolina, lápis e pincéis para que cada um faça um desenho que represente sua vida atual, destacando aspectos positivos e negativos. Não deverão ser colocados os nomes dos participantes nos desenhos.
- Assim que todos terminarem, os desenhos serão recolhidos e distribuídos novamente, de modo que nenhum participante fique com o seu próprio desenho. Em seguida, o animador pede para cada um tentar identificar o autor do desenho e expresse sua impressão sobre o mesmo. Os autores dos desenhos não deverão se identificar até que todos falem sobre suas impressões.
- No final das tentativas de identificação, o animador pedirá para que cada participante pegue seu desenho e fale sobre o que realmente quis expressar. Nesse momento, os participantes ficam livres para fazer perguntas e conhecerem melhor o outro.

Duração

30 minutos



MÓDULO II

CONHECENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

1 **Relação Da Sociedade Com A Pessoa Com Deficiência Intelectual**

Espera-se que os participantes compreendam a evolução do conceito de deficiência intelectual a partir da relação da pessoa com deficiência com a sociedade desde a antiguidade até os tempos atuais.

2 **Conceito De Deficiência Intelectual Atual**

Espera-se que os participantes entendam minimamente o conceito de deficiência intelectual, de acordo com o modelo biopsicossocial da Associação Americana de Deficiência Intelectual (AADI), abordando suas causas e os apoios necessários para sua autonomia, independência e participação social em seu ciclo de vida.

3 **Conceito De Autogestão E Autodefesa**

Espera-se que os participantes entendam que a pessoa com deficiência intelectual tem o direito de descobrir, explorar e experimentar a vida da maneira que queiram e que elas se sintam capazes de falar por si mesmas.

4 **Conceito De Autodeterminação**

Espera-se que os participantes entendam que seu filho com deficiência intelectual tem capacidade de controlar, enfrentar e tomar decisões por iniciativa própria, de como viver conforme suas normas e preferências, assim como desenvolver as atividades básicas de vida diária.

5 **Conceito De Autodeterminação Familiar**

Espera-se que os participantes compreendam que devem ter maturidade suficiente para cuidar, acompanhar e proporcionar a independência de seu (sua) filho (a) na medida em que ele(a) realize suas tarefas por si mesmo em consequência da transformação de seus valores:

- Valores familiares: se referem ao que a família acredita que é certo ou errado, e

estão relacionados aos valores pessoais dos pais, avós.

- Valores culturais: São os valores que prevalecem na sociedade durante nossa vida. Eles vão mudando ao longo da história e podem ou não coincidir com os valores familiares.

- Valores pessoais: são aqueles que cada pessoa considera essencial para a sua vida e seus relacionamentos. Geralmente, é resultado de uma combinação de valores familiares e socioculturais, e de suas experiências pessoais ao longo do tempo.

5.2.1.

Leituras recomendadas para capacitar os profissionais que irão atuar neste módulo

ASSOCIAÇÃO AMERICANA SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO (AADID). Retardo mental: definição, classificação e sistema de apoio. Tradução de Magda França Lopes. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, n. 21, p. 160-173, 2001.

BARBOSA, Darci Fioravante. Deficiência intelectual: uma realidade em transformação. Belo Horizonte: Federação das Apaes do Estado de MG, 2017. (Working paper). Disponível em: ANEXO I deste documento.

CAÇÃO, Rogério. Transição para a vida adulta de pessoas com deficiência mental: representações, práticas e desafios. In: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Integração das pessoas com deficiência. Cadernos Sociedade e Trabalho: integração das pessoas com deficiência, n. 8, p. 181-196. Lisboa: MTSS/DGEEP, 2007.

DE CARVALHO, Erenice Natália Soares; MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation: sistema 2002. Trabalho apresentado na XXXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Florianópolis – SC, outubro de 2002.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000200008>.

DINIZ, Débora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. Série Anis, v. 28. Brasília: Letras Livres, p. 1-8, jul. 2003.

GLAT, Rosana; DE FREITAS, Rute Cândida. Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade. v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

QUINTÃO, Denise Teresinha da Rosa. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. Psicologia & Sociedade, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005.

PESSOTTI, Isaías. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PONCE, Ángels. Formación em autodeterminación para familias. Cuadernos de Buenas Prácticas FEAPS. Madrid. Disponível em: <http://www.plenainclusion.org/sites/default/files/forma_autodet_familias.pdf>

SIMÕES, Cristina. O direito à autodeterminação das pessoas com deficiência. Universidade do Porto, 2015.

SOUZA, Luciana Karine; HUTZ, Cláudio Simon. Relacionamentos pessoais e sociais: amizade em adultos. Psicologia em Estudos, v.13, n. 2, p. 257-265, 2008A.

TORRES, Manuel. A autodeterminação de adolescentes e adultos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2015.

5.2.2.

Sugestões de dinâmicas

DINÂMICA 1

Objetivo

Levantar os desejos, expectativas e potencialidades do filho (a), irmão (ã), favorecendo o desenvolvimento de sua capacidade de escolha com base em suas preferências, interesses, desejos e necessidades.

Procedimento

Propor aos participantes da Escola de Família a construção de um plano de metas para seus filhos (as), irmãos (ãs), elegendo suas prioridades de curto, médio e longo prazos para à pessoa com deficiência intelectual.

Roteiro de Perguntas

- De que você gosta?
- De que você não gosta?
- O que é importante para você?
- O que você deseja para seu futuro?
- O que lhe dá alegria?
- O que lhe deixa triste?
- Você tem medo de alguma coisa na sua vida? De quê?

OBSERVAÇÃO: As perguntas do roteiro são sugestões. O profissional responsável pela Escola de Família pode e deve acrescentar outras questões e os próprios familiares também, quando forem entrevistar a pessoa com deficiência intelectual, sempre respeitando suas possibilidades e limitações. O resultado pode ser apresentado na forma de quadro ou de texto descritivo.

DINÂMICA 2

Objetivo

Possibilitar aos participantes compreenderem que seu filho(a), irmão(ã) com deficiência intelectual e/ou autismo é capaz de decidir, fazer as coisas por si mesmo e se sentir protagonista de sua vida.

Procedimentos

- O condutor pede para que os participantes elaborem uma forma de dramatizar o comportamento do seu filho (a), irmão (ã);
- Formar os grupos de acordo com o número de participantes;
- Cada grupo elege uma situação de sua vida com seu filho (a), irmão (ã) com deficiência intelectual e monta e ensaia a cena em 30 minutos;
- Cada grupo terá 15 minutos para dramatizar a cena para os demais participantes da Escola de Família;
- Após todas as apresentações, o animador abre o processo de discussão, possibilitando a todos que falem e deem suas opiniões, críticas e sugestões às cenas apresentadas.

Sugestão de tema para dramatização

- Situação do cotidiano com a pessoa com deficiência intelectual que afeta minha vida.
- Eu tenho um filho com deficiência que está entrando na adolescência e quer transar: o que faço?
- Minha filha quer namorar, melhor apoiar ou proibir?
- Meu filho (a), irmão (ã) com deficiência intelectual quer trabalhar. Deixo ou não?
- Meu filho (a), irmão (ã) com deficiência intelectual quer ir para “balada” com os amigos. E agora?



MÓDULO III

CONHECENDO O MOVIMENTO APAEANO

1

Histórico Do Movimento Apaeano

Espera-se que os participantes conheçam e compreendam as concepções históricas e a mística do movimento social apaeano.

2

Marco Legal

Espera-se que os participantes se apropriem dos aspectos jurídicos de funcionamento de uma organização da sociedade civil como as Apaes.

3

Organização Dos Serviços Das Apaes

Espera-se que os participantes conheçam as equipes de referência de cada serviço, como é definida a inserção das pessoas com deficiência Intelectual em cada serviço, bem como o espaço físico específico de cada serviço.

- Educação: Espera-se que os participantes saibam como a escola está organizada, quais as etapas de ensino que oferece, e qual a proposta pedagógica e seus objetivos.
- Saúde: Espera-se que os participantes compreendam como se organiza o serviço de saúde, como se define a proposta de atendimento de saúde para seu filho nas várias especialidades.
- Assistência social: Espera-se que os participantes entendam como estão organizados os serviços de convivência, centro-dia e de apoio à família.
- Trabalho: Espera-se que os participantes compreendam como se dá a colocação da pessoa com deficiência intelectual no mercado formal de trabalho.

4

Articulação Com A Rede Pública Do Município

Espera-se que os participantes entendam como se dá a articulação com os outros equipamentos existentes no município em cada área específica: saúde, educação, assistência social e trabalho.

5.3.1.

Leituras recomendadas para capacitar os profissionais que irão atuar neste módulo

Geral

BEZERRA, Sérgio Sampaio.; OLIVEIRA, Fátima Bayma. Desafios Estratégicos da Gestão de Organizações Sociais: um estudo de caso do Movimento Apaeano. In: Fátima Bayma de Oliveira; Istvan Karoly Kasznar (Org.). Saúde, Previdência e Assistência social: Desafios e Propostas Estratégicas. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Tribia: Fundação Getúlio Vargas, 2010, p.293-298

LIMA, Júnia Ângela. O movimento apaeano e os princípios do associativismo, 2017. (Working paper).Disponível no ANEXO II desse documento.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 11. ed. Editora FGV. Rio de janeiro, 2009.

Educação

CARVALHO, Rosita Edler. O cérebro vai à escola e o coração vai junto: relato de experiências. Rio de janeiro: Wak Editora, 2014.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves; et.al. Inclusão escolar e a avaliação do público-alvo da educação especial. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE,2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves; Almeida, Maria Amélia (Orgs.). Inclusão escolar e educação especial no Brasil: entre o instituto e o instituinte. Marília: ABPEE,2016

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau: Edu,2010.

Saúde

Brasil. "Portaria/GM nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde." Diário Oficial da União (2012).

COSTA, Rogério. A biopolítica nos estudos sobre pessoas com deficiência. In: Ministério da Saúde. Diálogo (bio)político: sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

PASHE, D.; MENDES, V. Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down. Brasília. Obtido a, v. 23, 2012.

PASHE, D.; MENDES, V. Diretrizes de Atenção à pessoa com Paralisia Cerebral. Brasília. Obtido a, v. 23, 2012.

Assistência Social

ARAÚJO, Edgilson Tavares; BOULLOSA, Rosana de Freitas. Avaliação da implementação do centro-dia para pessoas com deficiência: entre inovação e aprendizagem em políticas públicas. Interfaces Científicas Humanas e Sociais.v.3, n.3, p.123-136,2015.

BEZERRA, Sérgio Sampaio; Da Silva, Lúiza Costa. Federalismo e redes intergovernamentais: o caso da implementação da política de assistência social. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. n. 09, 2016.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Legislação/Leis Ordinárias. Disponível em: < www.planalto.gov.br > Acessos em: maio.2015.

CRUZ, Deusina Lopes. Família, deficiência e proteção social: Mães Cuidadoras e os serviços do Sistema Único da Assistência Social. (SUAS). Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2011.

GUIMARÃES, R. F.; ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). Família: redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez/PUC-SP-IEE, 2007.

PIMENTA, Maria Juanita Godinho (Org.). Diretrizes para as ofertas de assistência social às pessoas com deficiência Intelectual e múltipla e suas famílias, no âmbito das Apaes do Estado de Minas Gerais. Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, 2016.

MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuição para o debate. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.55, p.115-130, 1997.

MIOTO, R.C.T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais, mod. 04, Brasília, UnB, CEAD, 2000.

TEIXEIRA, SOLANGE MARIA. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas Social. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 13, N.1, P. 4-23, JUL/DEZ. 2010.

Trabalho

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação profissional e inclusão no trabalho: entraves e possibilidades. In: FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília, DF, 2003.

BELLAN, Ana Clara. Diversidade e discriminação. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho: ensaios e reflexões. Brasília, DF, 2002. Cap. 1.

BEZERRA, Sérgio Sampaio; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Pessoa com deficiência intelectual: a nova “ralé” das organizações do trabalho. Revista de Administração de Empresas, v. 52, n. 2, p. 232-244, mar./abr. 2012.

BEZERRA, Sérgio Sampaio. O sentir do trabalho para pessoa com deficiência intelectual

no Brasil. Belo Horizonte: Finos Traços, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios de previdência social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Características do emprego formal segundo a relação anual de informações sociais. Brasília, DF: MTE/PDET, 2013. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

DE CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda; MARQUES, Antônio Luiz. Pessoa com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em administração. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 29, n. 2, p. 244-257, 2009.

DE LIMA, Michelle Pinto et al. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 42-68, 2013.

DE SOUZA, Ana Augusta Almeida et al. Inserção ou inclusão? Uma análise das políticas públicas e privadas para promoção do ingresso de pessoa com deficiência no mercado de trabalho. In: Encontro de Administração Pública e Governo, ANPAD, Salvador, BA, nov. 2012. Anais (recurso eletrônico) / Encontro de Administração Pública e Governo, 18 a 20 de novembro/Salvador, BA: ANPAD, 2012.

FIORAVANTE, Darci, et.al. A metodologia de emprego apoiado para pessoas com deficiência intelectual. Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, 2016.

GARCIA, Cid. Pessoas portadoras de deficiência. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho: ensaios e reflexões. Brasília, DF, 2002. Cap. 5.

GARCIA, Vinicius Gaspar; MAIA, Alexandre Gori. A inclusão das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro em 2000 e 2010 – panorama e mudanças em uma década. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, Águas de Lindóia, SP, nov. 2012. Anais (recurso eletrônico) / XVIII. Encontro Nacional de Estudos Populacionais: transformações na população

brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas, 19 a 23 de novembro de 2012, Águas de Lindoia, SP: ABEP, 2012.

MOURÃO, Luciana; SAMPAIO, Sérgio; DUARTE, Marli Helena. Colocação seletiva de pessoas com deficiência intelectual nas organizações: um estudo qualitativo. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 19, n. 61, p. 209-229, abril/jun. 2012.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro; MANZINI, Eduardo José. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200008&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1413-6538. doi: 10.1590/S1413-65382005000200008. Acesso em: 12 jan. 2014.

VEIGA, Carlos Veloso. Emprego protegido e reprodução social. In: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. *Integração das pessoas com deficiência. Cadernos Sociedade e Trabalho: integração das pessoas com deficiência*, n. 8, p. 117-130. Lisboa: MTSS/DGEEP, 2007.

VEIGA, Carlos Veloso; FERNANDES, Luísa Martins. Relações sociais e de interação. In: VEIGA, C. V; FERNANDES, L. (Org.) *Inclusão profissional e qualidade de vida*. Rio de Janeiro: Edições Humus, 2014. Cap. II e III

VERDUGO ALONSO, Miguel Ángel. *Programa de orientación al trabajo: programa conductuales alternativos*. Salamanca: Amaru Ediciones, 1995. Colección Psicología.

5.3.2. Sugestões de dinâmicas

DINÂMICA 1

Objetivo

Mostrar a importância de se trabalhar em rede para dentro e para fora, promovendo o espírito associativo e deixando claro que todas as pessoas são importantes para o Movimento Apaeano e para a sua APAE.

Material

Um rolo de barbante.

Procedimentos

- Dispor os participantes em círculo;
- O coordenador toma nas mãos o rolo de barbante, prende a ponta do mesmo em um dos dedos de sua mão e joga o rolo de barbante para um dos participantes;
- A pessoa apanha o rolo, enrola a linha em um dos dedos, e diz o que sabe sobre o Movimento Apaeano e o que espera da Apaee.
- Em seguida, joga o rolo para outro participante e assim sucessivamente, até que todos do grupo tenham participado.
- No final, haverá no interior do círculo uma verdadeira teia de fios que os une uns aos outros.
- Pedir para as pessoas dizerem:
 - O que observam;
 - O que sentem;
 - O que significa a teia;
 - O que acontecerá se um deles soltar seu fio, etc.

DINÂMICA 2

Objetivo

Cada participante, de forma individual ou em grupo, deverá realizar um diagnóstico da APAE.

Procedimento

Cada participante ou grupo deverá preencher a matriz abaixo, apontando quais os pontos fortes e fracos da Apae na sua percepção, bem como o que eles veem como ameaças ao bom funcionamento da instituição e o que observam como oportunidades para melhorar os serviços prestados aos seus filhos(as), irmãos(ãs).

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Ameaças	Oportunidades

DINÂMICA 3

Objetivo

Apresentar aos participantes a logomarca da APAE, estimulando o pertencimento deles ao movimento.

Procedimento

Trabalhar a marca APAE identificando a representação de cada figura, de acordo com o manual disponível no site da Federação Nacional e salientando os prêmios que essa marca já conquistou no Brasil.



DINÂMICA 4

Objetivo

Proporcionar o conhecimento das mídias utilizadas pela APAE para divulgação de suas ações, viabilizando o acompanhamento do que está sendo desenvolvido pela instituição.

Procedimento

Utilizar o laboratório de informática da APAE, ou um ambiente externo, onde os pais possam usar um computador com acesso à internet ou, ainda, seus próprios celulares para navegação na rede.

- Apresentar o site da Federação Nacional e das Federações Estaduais;
- Acessar o site da APAE e explorar todos os itens.

OBSERVAÇÃO

A proposta de conteúdo deste módulo induz a aulas mais expositivas do que reflexivas. Por isso, sugerimos abaixo algumas atividades que levam à reflexão:

- Realizar levantamento com o grupo de familiares acerca do que querem saber sobre os serviços prestados pela APAE nas áreas de assistência social, saúde, educação e trabalho.
- Solicitar que os participantes elaborem perguntas e façam entrevistas com os responsáveis por cada setor na APAE, apresentando e discutindo o resultado no grupo;
- Realizar visitas guiadas aos serviços ofertados pela APAE, podendo ser uma a cada dia, no caso de ser uma Apae muito grande.
- Realizar visitas a serviços similares existentes no município para comparação com aqueles ofertados pela APAE.



6

ENCERRAMENTO DO CURSO

Ao final do curso Escola de Família, espera-se que os participantes tenham modificado sua relação com o membro da família com deficiência intelectual, passando a acreditar mais nas suas potencialidades e permitindo uma maior autonomia, independência e participação social dos mesmos.

Abaixo, sugerimos alguns vídeos e filmes que podem auxiliar os coordenadores da Escola de Família a melhorarem a metodologia utilizada e torna-la mais atraente. Esse material pode ser utilizado em qualquer um dos módulos como recurso didático complementar, ou para iniciar e fechar o curso.

SUGESTÕES DE VÍDEOS	
QUEM SOU EU?	https://www.youtube.com/watch?v=NoMEsNT6Cn0
VIDA DE MARIA	https://www.youtube.com/watch?v=k-A-g-BfGrI
O SONHO IMPOSSIVEL?	https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM

SUGESTÕES DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Deficiência Física E Paralisia Cerebral	
1	Ferrugem e Osso
2	Espíritos Indômitos
3	Amargo Regresso
4	Carne trêmula
5	Feliz ano velho
6	Nascido em 4 de julho
7	O óleo de Lorenzo
8	O Homem Elefante
9	The Other Side of the Mountain: uma janela para o céu (Partes 1 e 2)
10	Dr. Fantástico
11	Johnny vai à guerra
12	Meu pé esquerdo

13	Inside I'm Dancing
14	The Best Years of Our Lives
15	Mar Adentro
16	Murderball
17	As sessões
18	Intocáveis
19	Gabi, uma história verdadeira
20	Hasta La Vista – Venha Como Você é
21	Soul Surfer – Coragem de Viver
22	De porta em porta

Deficiência Auditiva

1	A música e o silêncio
2	Filhos do silêncio (Children of a lesser God, 1986)
3	Adorável professor (Mr.Holland's opus)
4	O piano
5	O país dos surdos
6	The Dancer
7	Black
8	O filme surdo de Beethoven
9	O segredo de Beethoven
10	Los amigos
11	Querido Frankie
12	Tortura silenciosa
13	And Now Tomorrow
14	Cop Land
15	And Your Name Is Jonah
16	Sweet nothing in my ear
17	Personal Effects

Deficiência Intelectual/Cognitiva

1	City Down
2	Forrest Gump, o contador de histórias
3	Gaby, uma história verdadeira

4	Gilbert Grape – Aprendiz de sonhador
5	Meu filho, meu mundo
6	Benny & Joon: Corações em conflito
7	Dominick and Eugene (Nicky and Gino)
8	O Enigma de Kaspar Hauser
9	O guardião de memórias
10	O oitavo dia
11	Simples como amar
12	Uma lição de amor
13	Shine – Brilhante
14	Loucos de amor
15	O óleo de Lorenzo
16	Eu me chamo Elisabeth
17	Inside I’m Dancing (en)
18	Meu nome é Radio
19	O Primeiro da Classe (Front of the class / Síndrome de Tourette)
20	O Filho Eterno
21	Colegas
22	Cordas
23	Sempre Amigos

Deficiência Visual	
1	O Sino de Anya
2	Além dos meus olhos
3	Perfume de mulher
4	À primeira vista
5	Dançando no escuro
6	Demolidor
7	Castelos de gelo
8	Ray
9	Quando só o coração vê
10	Um clarão nas trevas
11	Jennifer 8 – A próxima vítima
12	La symphonie pastorale

13	Vermelho como o céu
14	Eu Não Quero Voltar Sozinho
15	A Pessoa é Para o que Nasce (doc)
16	Janela da Alma (doc)

Deficiência Múltipla

1	Amy
2	O Escafandro e a Borboleta
3	Helen Keller and Her Teacher
4	O Milagre de Anne Sullivan (br)
5	The Unconquered (Helen Keller in Her Story)
6	Cegos, surdos e loucos
7	Sob suspeita
8	Uma lição de amor
9	Experimentando a vida
10	Black
11	Borboletas de Zagorsk

Autismo

1	Meu amargo pesadelo
2	Meu filho, meu mundo
3	O garoto que podia voar
4	Rain man
5	Gilbert Grape: aprendiz de sonhador
6	Retratos de família
7	Testemunha do silêncio
8	Prisioneiro do silêncio
9	A sombra do piano
10	A lenda do pianista do mar
11	Código para o inferno
12	Ressurreição
13	Experimentando a vida
14	Uma viagem inesperada
15	Loucos de amor

16	Um certo olhar
17	Um amigo inesperado
18	O nome dela é Sabine
19	Ben X: a fase final
20	Autismo: o musical
21	Sei que vou te amar
22	Mary e Max: uma amizade diferente
23	A menina e o cavalo
24	A mother's courage: talking back to autism
25	Adam
26	Temple Grandin
27	Meu nome é Khan
28	Ocean Heaven
29	Um time especial
30	Tão forte, tão perto
31	Arthur e o infinito: um olhar sobre o autismo
32	White frog

6.1.

Sugestão de Dinâmica de Enceramento

Para finalizar, cada participante receberá de volta a própria carta escrita no primeiro dia de curso.

Todos devem reler as cartas e refletir com o grupo sobre as mudanças observadas na sua forma de pensar e de se relacionar com as possibilidades de seus filhos (as), irmãos (ãs) ocorridas durante o período do curso.

- Sentem-se mais bem informados sobre a deficiência do seu filho?
- Como funciona a APAE?
- Qual é o seu papel na APAE?
- Sua relação com os outros familiares melhorou?
- Fez amizades com outros familiares para além da Escola de Pais?
- Entre outras questões.





ANEXO I

Os Mitos Sobre A Deficiência Intelectual

A experiência vivida por muitas famílias em seu primeiro contato com a deficiência intelectual é descrita como algo imprevisto e que irá apresentar dificuldades pelo quadro de “atraso cognitivo”.

Esta experiência vivida pela família é devida em parte pelo desconhecimento que pode existir sobre o tema, mas também pelos estereótipos que existem na sociedade sobre o tema deficiência. Pensamos que a deficiência intelectual é uma condição física ou psíquica adquirida e não estamos conscientes de que ela está condicionada ao ambiente em que a pessoa se desenvolve e vive.

Devemos enterrar a visão da deficiência como um estado de carência, de perdas, de dificuldades e substituí-la por uma visão positiva, de possibilidades e oportunidades que as pessoas têm de se desenvolver sempre que lhes oferecemos os apoios necessários.

O conceito atual de deficiência intelectual é o que vai direcionar o nosso estudo: as características, os pontos fracos e fortes e os apoios necessários para que a pessoa com deficiência intelectual atue nos distintos âmbitos de sua vida, potencializando sua autonomia e autodeterminação.

Enterrando Os Estereótipos Sobre A Deficiência Intelectual

Devemos estar conscientes de que a deficiência não vem determinada por uma limitação física ou psíquica da pessoa, mas pelo ambiente social em que ela se desenvolve e que vai determinar a sua limitação social e os papéis básicos que pode exercer na comunidade.

As atitudes sociais negativas definem generalizações injustas, excessivas, irracionais e errôneas que são transmitidas socialmente e se perpetuam no tempo. Estas atitudes sociais negativas funcionam como um obstáculo para a integração das pessoas com deficiência intelectual aos diversos ambientes em que desenvolvem suas vidas, assim como, no desempenho de papéis sociais adequados.

O primeiro efeito psicológico é que as pessoas acabam assumindo a visão negativa em relação à pessoa com deficiência intelectual, o que afeta o desenvolvimento do autoconceito e da autoestima, tendo que lutar continuamente contra esses estereótipos

1. Fisioterapeuta, consultora técnica da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais e da APAE de Pará de Minas e Superintendente da APAE de Belo Horizonte (in memoriam).

para rompê-los e conseguir uma imagem social positiva.

Por isto é importante enterrar os estereótipos que existem sobre a deficiência intelectual, porque tornam mais difícil a inclusão destas pessoas em nossa sociedade.

Alguns destes estereótipos são os seguintes:

1 “As Pessoas Com Deficiência Intelectual São Eternas Crianças”

Pensamos que a pessoa com deficiência intelectual permanece indefinidamente na fase de criança, quando na verdade elas vivem todas as etapas do ciclo de vida – infância, adolescência, juventude, adultez e velhice – e que demandam as mesmas necessidades de qualquer pessoa nas diversas etapas da vida.

2 “As Pessoas Com Deficiência Intelectual São Doentes Mentais”

A deficiência intelectual não está associada ao transtorno mental. É certo que a pessoa com deficiência intelectual pode apresentar doença mental com a mesma proporção que as demais pessoas.

3 “Todas As Pessoas Com Deficiência Intelectual Apresentam Distúrbios De Conduta”

Na maioria das ocasiões, relacionamos a deficiência intelectual à presença de condutas disruptivas, sem estarmos conscientes de que esta situação se dá devido à falta de apoios necessários à pessoa com deficiência intelectual quando ela quer comunicar seus sentimentos ou vivências.

4 “As Pessoas Com Deficiência Intelectual Não Podem Aprender E Nem Transformar”

Toda pessoa, inclusive aquela com deficiência intelectual, pode aprender e, portanto, transformar. O que devemos fazer é adaptar os conteúdos de aprendizagem às suas características, respeitando seus ritmos e potencializando suas capacidades.

5 “As Pessoas Com Deficiência Intelectual São Muito Impulsivas”

Como na população em geral, há pessoas com deficiência intelectual que são mais impulsivas e outras não, mas não é algo exclusivo da deficiência intelectual.

6 “As Pessoas Com Deficiência Intelectual São Assexuadas”

As pessoas com deficiência intelectual são iguais a qualquer outra. Elas têm

necessidades afetivas às quais temos que dar respostas, não é certa a ideia de que se o fizermos despertaremos seu impulso sexual.

7 “A Maioria Das Pessoas Com Deficiência Intelectual Não Entendem O Que Lhes Dizem”

Se a pessoa com deficiência intelectual não entende o que lhe dizemos, isto é, devido ao fato de não sabermos nos adequar a seu vocabulário, porque não respeitamos o seu ritmo, ou porque não esperamos o tempo suficiente para que interiorize a mensagem; mas não porque a pessoa com deficiência intelectual não entende nada.

8

“As Pessoas Com Deficiência Intelectual Não Podem Decidir Por Si Mesmas”

Se interiorizamos esta falsa crença, a tendência é superproteger a pessoa com deficiência intelectual e, por conseguinte, torná-la mais dependente. Nossas atitudes devem potencializar a autonomia e a autodeterminação da pessoa, tornando-a consciente de suas limitações e capacidades.

9

“A Pessoa Com Deficiência Intelectual É Uma Carga Para A Família E Para A Sociedade Em Geral”

Esta crença errônea oferece uma visão negativa da pessoa com deficiência intelectual, já que não se consideram suas capacidades e nem lhe são oferecidas oportunidades de melhora. Neste caso, a própria sociedade seria a maior carga para a pessoa com deficiência intelectual, pois essa sociedade não foi capaz de se adaptar às necessidades da pessoa.

Se não enterramos estas falsas crenças, a sociedade seguirá percebendo a pessoa com deficiência intelectual como seres indefesos, incapazes, dependentes ou enfermos. E estas barreiras farão com que a população gere para elas superproteção, exclusão, temor, lástima e indiferença.

Entretanto, se enterramos estes estereótipos geramos uma visão positiva da deficiência, cheia de possibilidades e oportunidades, onde reivindicamos a condição de pessoa, com seus direitos e deveres, sentimentos, metas, desejos e necessidades como as de qualquer ser humano.

O Que É Deficiência Intelectual?

Definição de deficiência intelectual:

Para entender o que é deficiência intelectual nos remetemos à Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AADID, uma referência neste assunto e que nos oferece a seguinte definição:

“A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual, como na conduta adaptativa expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Origina-se antes dos 18 anos. ”

(AADID, 2010, p. 1).

Isto é, a deficiência intelectual implica as habilidades da pessoa para se desenvolver na vida diária, tendo em conta as características do ambiente em que vive.

Portanto, a deficiência intelectual se caracteriza pela presença de:

- Limitações significativas no funcionamento intelectual;
- Limitações significativas na conduta adaptativa;
- Surge antes dos 18 anos de idade.

Neste sentido, tem especial relevância o contexto em que a pessoa com deficiência intelectual se desenvolve, de tal maneira que o objetivo de toda intervenção não será somente o de diagnosticar, e sim de identificar as capacidades e fragilidades, os pontos fortes e fracos da pessoa, tendo em conta o ambiente em que vive.

Para isto, avaliam-se:

1

As capacidades intelectuais da pessoa;

2

A conduta adaptativa: habilidades necessárias para desenvolver as atividades de vida diária;

3

A participação na comunidade, as interações com os demais e os papéis sociais que a pessoa desempenha;

4

A saúde, tanto física, quanto mental;

5 O contexto ambiental e cultural em que a pessoa se desenvolve;

A avaliação tem sentido quando o que pretendemos é identificar os apoios que favoreçam o funcionamento da pessoa, tendo em conta tanto suas capacidades e limitações, como o ambiente em que vive.

A aplicação prática da definição de deficiência intelectual da AADID parte das premissas expostas abaixo, que servem para estabelecer uma visão objetiva da realidade de cada pessoa:

1 As limitações no funcionamento real devem ser consideradas segundo o ambiente comunitário em que vivem os companheiros da mesma idade;

2 Para que uma avaliação seja válida, ela deve ter em conta a diversidade cultural e linguística, assim como as diferenças na comunicação e nos aspectos sensoriais, motores e de comportamento;

3 Em um mesmo indivíduo coexistem sempre limitações e capacidades;

4 Ao descrever as limitações, o objetivo mais importante é estabelecer o perfil dos apoios necessários;

5 Se são oferecidos os apoios personalizados apropriados durante um período de tempo suficientemente prolongado, o funcionamento da pessoa com deficiência intelectual certamente vai melhorar.

Elementos Da Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual aparece quando as limitações significativas de uma pessoa interagem com o ambiente em que ela está se desenvolvendo. Portanto, assegurar um bom funcionamento vital depende tanto da própria pessoa, como da eliminação de “barreiras” que o ambiente nos pode apresentar.

A avaliação das capacidades e limitações da pessoa com deficiência intelectual e o

contexto em que vive, têm que ter em conta as seguintes dimensões:

1

A Capacidade Intelectual

A inteligência é entendida como a capacidade mental geral que compreende o raciocínio, planejamento, a solução de problemas, o pensamento abstrato, a compreensão de ideias complexas, a rapidez de aprendizagem e aprender pela experiência. Trata-se de um funcionamento intelectual global que vai além do rendimento acadêmico e que envolve a capacidade para compreender nosso ambiente e sua interação com ele.

2

A Conduta Adaptativa

É o conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas aprendidas pelas pessoas para funcionar em sua vida diária, como por exemplo, a linguagem, saber ler, escrever, manejar o dinheiro, respeitar as normas sociais, realizar sua higiene pessoal ou fazer sua comida, usar transporte público etc.

A capacidade de adaptação marca de modo especial a habilidade de funcionamento do indivíduo porque as limitações na conduta adaptativa vão afetar tanto a vida diária, como a capacidade de responder a mudanças vitais e demandas do ambiente.

3

Participação, Interação E Papéis Sociais

Centram-se nas interações que o indivíduo estabelece com os demais e no papel social que desempenha. A participação e as interações são avaliadas através da observação direta da pessoa nas atividades de vida diária e nas relações que estabelece com seu mundo material e social. Já os papéis sociais se referem a uma série de atividades avaliadas como normal por um determinado grupo social.

4

A Saúde Física, Mental E Etiologia

Entendemos a saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Todos nós temos ampla experiência de que o funcionamento humano se vê influenciado por qualquer condição que altere nossa saúde física ou mental.

Bem-estar envolve a saúde, segurança da pessoa, conforto material e segurança econômica, participação nas atividades comunitárias e sociais, desenvolvimento pessoal e proporcionar um trabalho interessante e valorizado.

5

O Contexto Social

Descreve as condições de interações em que as pessoas com deficiência intelectual

vivem cotidianamente, e engloba três níveis diferentes:

- b) Ambiente social imediato: inclui a família e pessoas mais próximas – Microsistema
- c) O bairro, vizinhança, serviço educativo ou laboral: Mesossistema

Os padrões gerais de uma cultura, a sociedade, a população: Macrossistema.

Devemos criar ambientes que favoreçam a integração, já que assim conseguiremos potencializar o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual.

Sistema de Apoios

Uma vez diagnosticada a deficiência intelectual e analisados os pontos fortes e fracos, é possível identificar os apoios necessários, a intensidade dos mesmos e as pessoas que proporcionam os ditos apoios nos distintos âmbitos onde esta pessoa se desenvolve.

Estamos convencidos de que com os apoios adequados o funcionamento de toda pessoa melhorará, já que a deficiência intelectual não é condição estática e nem selo permanente na vida dessas pessoas.

Mesmo assim, os apoios devem potencializar a autonomia e autodeterminação das pessoas, ajudar para que elas sejam cada dia mais independentes e participantes das atividades na sociedade.

Neste novo enfoque da deficiência intelectual, os apoios devem estar orientados para conseguir resultados desejados ou valorizados pelas pessoas com deficiência intelectual. Durante muito tempo, os profissionais ou os pais, por exemplo, acreditaram que sabiam o que era bom para as pessoas com deficiência intelectual, sem lhes perguntar. Cada vez mais, nos damos conta de que a escolha, o desejo e a satisfação das pessoas com deficiência intelectual são fundamentais para avaliar e programar os apoios que recebem. Cada vez mais, falamos em qualidade de vida como meta e meio, tanto das condições de vida das pessoas como da percepção que estas têm de tais condições.

Embora possa sempre existir uma discordância entre as necessidades percebidas pelas pessoas destinatárias dos apoios, e as necessidades percebidas pelas pessoas que proporcionam apoios, esses lhes potencializam sua autodeterminação.

Além disso, é importante assinalar que os apoios têm que proporcionar uma ajuda para a pessoa, enquanto satisfaz uma necessidade. Desta forma, estes devem ser orientados para que a pessoa desenvolva capacidades e, eventualmente, deixe de necessitar de apoios.

Da mesma maneira, quando se proporcionam apoios, esses não somente devem ser

dirigidos à pessoa com deficiência intelectual, mais também, simultaneamente, devem ser adotados para originar mudanças ou melhorias no ambiente familiar, comunitário, institucional ou social que essa pessoa está inserida.

Podemos concluir este documento dizendo que os apoios cumprem uma tripla missão:

1

Responder às necessidades das pessoas e melhorar sua qualidade de vida.

2

Contribuir para a aprendizagem e, portanto, gerar mudanças nas pessoas;

3

Originar mudanças no ambiente familiar, comunitário e social.

Considerações Finais

Ao longo deste texto tentamos enterrar a deficiência intelectual como um estado de carência, de perdas, de dificuldades e substituí-la por uma visão positiva, de possibilidades, de oportunidades que as pessoas têm e podem desenvolver, sempre que lhes oferecemos os apoios necessários.

Temos ressaltado que a deficiência intelectual não vem determinada somente por uma limitação física e ou psíquica da pessoa, mas também pelo ambiente social em que ela se desenvolve e que vai determinar a limitação social e os papéis básicos que pode cumprir na sociedade.

Por outro lado, temos a visão da AADID, sinalizando que a deficiência intelectual se caracteriza pela presença de:

- Limitações significativas no funcionamento intelectual da pessoa;
- Limitações significativas na conduta adaptativa;
- Surge antes dos 18 anos.

Por último, destacamos a importância da oferta de apoios, segundo as necessidades e capacidade da pessoa com deficiência intelectual, assim como a sua relação com o ambiente, onde devem ser feitas adaptações visando melhorar o funcionamento/ funcionalidade da pessoa.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO AMERICANA SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO (AADID). Retardo mental: definição, classificação e sistema de apoio. Tradução de Magda França Lopes. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

8

ANEXO II

O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Um tipo de organização associativa é a associação, que pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica (Instituto Ecológica, 2007). O associativismo é fruto da luta pela melhoria das condições de vida nas comunidades e todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos associados ou membros; logo, as associações não possuem fins lucrativos.

Nas comunidades, a participação, a solidariedade e a cooperação em torno de objetivos comuns têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social.

Características Do Associativismo

- União de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns;
- O patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, através de doações, fundos e reservas, e não possui capital social;
- Seus fins podem ser alterados pelos associados em assembleia, tendo cada um direito ao voto;
- São entidades de direito privado e não público, podendo realizar operações financeiras e bancárias, porém as sobras de operações financeiras devem ser aplicadas na associação;
- Os dirigentes não são remunerados;
- Os dirigentes podem representar a Associação em ações coletivas de seu interesse;
- Possui um sistema de escrituração contábil simplificado.

Objetivos De Associação

- Fortalecer os laços de amizade e solidariedade;
- Reunir esforços para reivindicar melhorias para sua comunidade;

1. Pedagoga e Consultora Técnica da Federação das Apaes do estado de MG (in memoriam).

- Defender os interesses comuns dos associados;
- Desenvolver interesses coletivos de trabalho;
- Produzir e comercializar de forma cooperada;
- Melhorar a qualidade de vida;
- Participar do desenvolvimento da região na qual a associação está inserida.

Direitos E Deveres Do Associado

Na associação, o mais importante são as pessoas que a compõe, ou seja, VOCÊ!
Ela só acontece, de forma justa e democrática, com a participação dos associados!

Direitos	Deveres
Votar e ser votado nas eleições;	Participar das assembleias e votar nos assuntos tratados;
Participar das assembleias gerais e votar nos assuntos tratados;	Pagar suas dívidas com a entidade;
Apresentar propostas de interesse da entidade;	Desempenhar com eficiência as atividades de sua responsabilidade;
Propor sobre a adesão de novos associados;	Zelar pelo nome e patrimônio da associação;
Ser ativo em todas as atividades que envolvem a associação;	Promover a associação e o associativismo, cuidando dos princípios que regem essa forma de organização;
Solicitar informações sobre a Associação;	Promover o desenvolvimento da associação;
Desligar-se da associação quando desejar.	Conhecer o estatuto e os regimentos.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO ECOLÓGICA. Cartilha de Associativismo e Cooperativismo, 2007.

<http://www.ecologica.org.br/index.php>. Acessado em 24/09/12.

